PALAVRAS DO DIRETOR

Encontramo-nos numa encruzilhada verdadeiramente histórica. É hora de decisões. Uma nova Constituição está para ser elaborada.

Diante deste cenário a *Revista de Administração Pública* não poderia, como canal de comunicação constantemente à procura de alternativas mais adequadas às reais necessidades de nosso país, deixar passar em branco este momento. Dessa forma, a Redação resolveu convocar todas as pessoas ligadas, em algum momento e segundo diferentes qualificações, à Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) para apresentar suas sugestões. O resultado desse "mutirão" é o presente número que, sem dúvida alguma, espelha a fé, a esperança, que o cidadão brasileiro deposita na nova Carta Constitucional, considerando-a capaz de atender aos clamores de milhões de compatriotas que anseiam por uma vida digna.

O primeiro trabalho caracteriza-se mais como uma introdução a este número especial da *Revista de Administração Pública,* dando uma visão panorâmica do tema Constituição a partir do momento em que as primeiras pesquisas sobre sua elaboração e a convocação de uma Assembléia Constituinte tomaram corpo na Fundação Getulio Vargas até a entrega do Anteprojeto da Comissão Afonso Arinos ao Presidente José Sarney.

O segundo trabalho, realizado sob os auspícios do Grupo Editorial da EBAP, apresenta os resultados da pesquisa de opinião A EBAP na Constituinte: desafios e alternativas, que se traduziu em sugestões, encaminhadas, no início deste ano, ao Prof. Afonso Arinos de Melo Franco, presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.

A manipulação dos meios de comunicação de massa pela minoria detentora do poder econômico constitui a principal preocupação de Antonio de Moraes, que espera que a nova Carta Constitucional propicie sua democratização com ampla participação do povo, sem qualquer restrição.

Já o Prof. Milton Santos alerta para a necessidade da inclusão dos temas territoriais na próxima Constituição, acreditando ser a redistribuição adequada dos serviços no espaço territorial do país a maneira ideal de corrigir desigualdades, contribuindo, assim, para a restauração da cidadania de todas as pessoas, independentemente do lugar em que se encontrem.

O artigo de José Martins da Silva coloca em discussão a relevância efetiva da elaboração de um novo texto constitucional para a solução dos graves problemas de desigualdade na distribuição da riqueza nacional num país de elevado PIB, elevada concentração de renda e elevado grau de formalismo ou discrepância entre a lei e a realidade.

Maria das Graças de M. Venâncio Paiva dedica seu estudo à participação dos setores populares nordestinos na Constituição, aproveitando para denunciar a questão Nordeste, imutável nos últimos anos, apesar do progresso econômico,

e sua manipulação a nível político, que acaba por transformar-se em apoio a um modelo de carreira dos políticos da região.

Um grupo de pesquisadores da Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador (Conder) elaborou estudos, aqui apresentados no artigo Alternativas político-institucionais para a região metropolitana de Salvador, que em muito poderão subsidiar os trabalhos de elaboração da nova Constituição Federal na área de institucionalização das regiões metropolitanas, além de apontar soluções que podem ser aproveitadas, a curto prazo, pela região metropolitana de Salvador.

Cidadania, direitos sociais e Estado dedica-se à questão dos direitos sociais a partir da trajetória de construção da cidadania na sociedade moderna e conseqüente atribuição, ao Estado, do dever de garantir sua defesa, analisando as Constituições e as práticas institucionais, no que se refere à evolução dos direitos sociais no Brasil e propiciando a descoberta de caminhos possibilitadores de revisão da situação atual.

Douglas Eden Brotto, de forma bastante original e com base na monografia elaborada como requisito final do Curso de Mestrado em Administração Pública (EBAP/FGV), apresenta a proposta de imprimir novas orientações ao profissionalismo militar, repudiando a possibilidade de um futuro retorno das instituições militares à arena política.